

maior da tutela do contratante débil; 5.6. Os contratos coligados e outros contratos relacionais; 6. Formação e conteúdo do contrato de consumo; 6.1. Tutela da relação contratual de consumo; 6.2. Direito do consumidor a um consentimento esclarecido; 6.3. Obrigação geral de informação.

6.4. Publicidade; 6.5. Outras práticas incitativas do consumo; 6.6. Requisitos dos contratos de consumo. Vícios do consentimento. Prazo de reflexão e direito; de arrependimento 6.7. Interpretação e integração dos contratos de consumo; 7. Cláusulas abusivas e seu controle. 7.1. Das cláusulas leoninas e potestativas à cláusula abusiva; 7.2. As cláusulas abusivas em ordenamentos alienígenas; 7.3. A cláusula e os princípios da justiça contratual e da boa-fé; 7.4. Classificações das cláusulas abusivas; 7.5. Descrição das principais cláusulas abusivas. 7.6. Regime jurídico das cláusulas abusivas nos contratos de consumo; 7.7. Extensão desse regime jurídico a contratos não de consumo; 7.7. O regime das cláusulas abusivas e a redução dos negócios jurídicos; 7.8. Controle legislativo, administrativo, judicial, voluntário das cláusulas abusivas; 8. Responsabilidade civil geral e responsabilidade do fornecedor; 8.1. A responsabilidade do fornecedor em face da responsabilidade civil geral e da responsabilidade negocial; 8.2. Fundamento e funções da responsabilidade civil. 8.3. Modalidades da responsabilidade civil: subjetiva e objetiva; por fato próprio, por fato de outrem, pelo fato de coisa, de serviço ou de animal e responsabilidade grupal; 8.4. Os pressupostos da responsabilidade civil. A) Dano. B) Nexa de imputação. C) Nexa de causalidade; 8.5. As eximentes gerais da responsabilidade. Causas de exclusão da culpa e da causalidade e cláusulas de não indenizar. Fato do lesado, de terceiro e caso fortuito ou de força maior; 8.6. Obrigações de meios, de resultado e de garantia e a responsabilidade negocial; 8.7. Confronto entre as responsabilidades civil, negocial e do fornecedor; 9. Responsabilidades no âmbito do Direito do Consumidor; 9.1. Responsabilidade por fato do produto; 9.2. Responsabilidade por fato do serviço; 9.3. Responsabilidade por vício do produto; 9.4. Responsabilidade por vício do serviço; 9.5. Outras formas de responsabilidade civil; 10. Desconsideração da personalidade jurídica e tutela do consumidor; 10.1. Natureza instrumental da personalidade jurídica e desconsideração desta; 10.2. Gradações e modalidades da desconsideração. Mero exame do substrato; desconsideração, verdadeira e própria; rejeição da pessoa jurídica títela, ou fantoche. Desconsideração em benefício de terceiros e em benefício da própria pessoa jurídica ou de seus integrantes; 10.3. Desconsideração da personalidade jurídica e responsabilidade por atos de administradores. 10.4. Fundamentos da desconsideração (verdadeira e própria). Concepção subjetivista e concepções objetivistas; 10.5. Requisitos da desconsideração (verdadeira e própria) em benefício de terceiros; 10.6. Casos de desconsideração em benefício de terceiros: insuficiência patrimonial da pessoa jurídica, por confusão patrimonial, por confusão de atividades econômicas e outras hipóteses abusivas; 11. Acesso dos consumidores à justiça.

XI – DIREITOS HUMANOS: 1. Declaração Universal dos Direitos Humanos: fundamentos; disposições normativas; natureza jurídica; 2. Pactos Internacionais de Direitos Humanos: fundamentos; disposições normativas; natureza jurídica; 2.1. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos; 2.2. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; 2.3. Decretos nº 591 e 592, de 6 de julho de 1992, que promulgam os Pactos; 3. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica): fundamentos; disposições normativas; natureza jurídica; 3.1. Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992, que promulga a Convenção; 3.2. Comissão Interamericana de Direitos Humanos; 3.3. Corte Interamericana de Direitos Humanos; 3.4. Protocolo sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de São Salvador); 3.5. Decreto nº 3.321, de 30 de dezembro de 1999, que promulga o Protocolo de São Salvador; 4. Aplicação dos Direitos Humanos no Brasil; 4.1. Natureza jurídica dos tratados e convenções internacionais sobre Direitos Humanos no Brasil.

XII – DIREITO PREVIDENCIÁRIO: 1. Seguridade Social. 1.1. Origem e evolução legislativa no Brasil. 1.2. Conceituação. 1.3. Organização e princípios constitucionais. 2. Legislação Previdenciária. 2.1. Conteúdo, fontes, autonomia. 2.2. Aplicação das normas previdenciárias: vigência, hierarquia, interpretação

e integração. 2.3. Orientação dos Tribunais Superiores. 3. Do Plano de Benefícios da Previdência Social. 3.1 Regime Geral de Previdência Social. 3.2. Dos beneficiários: 3.2.1. Segurados; da manutenção e da perda da qualidade de segurados obrigatórios e facultativos. 3.2.2. Dos dependentes. 3.2.3. Das inscrições: dos segurados e dos dependentes. 4. Das Prestações em Geral. 4.1. Das espécies de prestação. 4.1.1. Da carência. 4.1.2. Do Salário-de-benefício. 4.1.3. Da renda mensal do benefício. 4.1.4. Do reajustamento do valor do benefício. 5. Dos benefícios. 5.1.1. Da aposentadoria por invalidez. 5.1.2. Da aposentadoria por tempo de contribuição. 5.1.3. Da aposentadoria especial. 5.1.4. Do auxílio-doença. 5.1.5. do salário-família. 5.1.6. Do salário-maternidade. 5.1.7. Do auxílio-acidente. 5.1.8. Da pensão por morte. 5.1.9. Do auxílio-reclusão. 5.1.10. Do abono anual. 6. Do reconhecimento da filiação. 6.1. Reconhecimento do tempo de filiação. 6.1.2. Da indenização. 6.1.3. Da retroação da data do início das contribuições. 7. Da contagem recíproca do tempo de contribuição. 8. Da habilitação e da reabilitação profissional. 9. Da justificação administrativa. 10. Das disposições diversas relativas às prestações do Regime Geral da Previdência Social. 11. Do Plano de Custeio da Seguridade Social. 11.1. Do financiamento da seguridade social. 11.2. Da contribuição da União. 11.3. Da contribuição do segurado. 11.3.1. Da contribuição do segurado empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso. 11.3.2. Da contribuição dos segurados contribuintes individual e facultativo. 11.3.3. Da contribuição do produtor rural pessoa física e do segurado especial. 12. Das contribuições da empresa e do empregador doméstico. 12.1. Das contribuições da empresa. 12.2. Da isenção de contribuições. 12.3. Da contribuição do empregador doméstico. 13. Da contribuição sobre a receita de concurso de prognósticos. 14. Das outras receitas da Seguridade Social. 15. Do salário de contribuição. 16. Da arrecadação e recolhimento das contribuições. 16.1. Das normas gerais de arrecadação. 16.2. Da retenção e da responsabilidade solidária. 16.3. Das obrigações acessórias. 16.4. Da competência para arrecadar, fiscalizar e cobrar. 16.5. Do exame da contabilidade. 16.6. Das contribuições e outras importâncias não recolhidas até o vencimento. 16.7. Da restituição e da compensação de contribuições e outras importâncias. 16.8. Do reembolso de pagamento. 17. Das disposições diversas relativas ao custeio da seguridade social. 18. Das penalidades em geral. 18.1. Das restrições. 18.2. Das infrações e das penalidades. 18.3. Dos crimes. 18.4. Da apreensão de documentos. 18.5. Das infrações. 18.6. Das circunstâncias agravantes da penalidade. 18.7. Das circunstâncias atenuantes da penalidade. 18.8. Da gradação das multas. 19. Do Sistema Nacional de Seguridade Social. 19.1. Dos órgãos colegiados. 19.1.1. Do Conselho Nacional de Previdência Social. 19.1.2. Do Conselho de Recursos da Previdência Social. 19.1.3. Composição. 19.1.4. Dos recursos. 19.1.5. Dos Convênios, Contratos, Credenciamentos e Acordos. 20. Das disposições diversas relativas à organização da seguridade social.

XIII – DIREITO TRIBUTÁRIO: 1. Sistema tributário nacional. 1.1 Princípios constitucionais tributários. 1.2 Competência legislativa. 1.3 Limitações da competência tributária. 2. Fontes do direito tributário. 2.1 Hierarquia das normas. 2.2 Vigência e aplicação da legislação tributária no tempo e no espaço. 2.3 Incidência, não-incidência, imunidade, isenção e diferimento. 3. Interpretação e integração da legislação tributária. 4. Obrigação tributária. 4.1 Obrigação principal e acessória. 4.2 Fato gerador. 4.3 Efeitos, validade ou invalidade dos atos jurídicos; seqüências. 4.4 Sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária: contribuinte e responsável. 4.5 Solidariedade. 4.6 A imposição tributária e as convenções particulares. 4.7 Capacidade tributária. 4.8 Domicílio tributário. 5. Responsabilidade tributária: sucessores, terceiros, responsabilidade nas infrações, responsabilidade dos diretores e gerentes das pessoas jurídicas de direito privado por dívidas sociais. 6. Crédito tributário: constituição, lançamento, natureza jurídica. 6.1 Caráter vinculado da atividade de lançamento. 6.2 Modalidades. 6.3 Garantias e privilégios do crédito tributário. 6.4 Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. 7. Administração tributária: fiscalização, sigilo, auxílio da força pública, excesso de exação. 8. Dívida ativa: inscrição, presunção

de certeza e de liquidez, consectários. 9. Certidões negativas. 10. Classificação dos tributos: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios, contribuições sociais. 11. Evasão e elisão tributárias. 12. Noções dos processos administrativo e judicial tributários. 13 Crimes contra a ordem tributária (Lei n.º 8.137/1990).

XIV – LEGISLAÇÃO ESTADUAL E FEDERAL REFERENTE À DEFENSORIA PÚBLICA: 1. A Defensoria Pública na Constituição Federal e na Constituição Estadual. 2. A Defensoria como Instituição essencial à função jurisdicional do Estado. 3. A Lei Complementar Estadual nº 054/06, que dispõe sobre a reorganização da Defensoria Pública do Estado do Pará, e da Carreira de seus Membros e dá outras providências. 4. Lei Complementar federal nº 80/94 e suas alterações. 5. Princípios Institucionais. Princípios da isonomia, ampla defesa e do contraditório e o dever funcional do Defensor Público. 6. O Defensor Público: Atribuições e Deveres. Impedimentos. Incompatibilidade. Suspeições. 7. A Defensoria Pública no exercício da Cidadania e da Defesa do Estado de Direito Democrático. 8. Direito à Assistência Jurídica Pública. Defensoria Pública e Justiça Gratuita: distinções. Pressupostos para obtenção da Justiça Gratuita. Presunção da hipossuficiência. 9. A Defensoria Pública e a Advocacia: distinções. OAB (Lei nº 8.906/94) e Lei nº 1.060/50 e suas posteriores alterações. 10. Poder de Requisição. Da intimação pessoal e do prazo em dobro. Garantias e Prerrogativas processuais do Defensor Público. Do livre exercício das funções da Defensoria Pública. 11. A Defensoria Pública e a Curadoria Especial, como instrumento de transação como título executivo extrajudicial. Patrocínio das Pessoas Jurídicas. 12. A atuação do Defensor Público nos conflitos coletivos. 13. Atuação do Defensor Público nos Juizados da Infância e da Juventude e nos Juizados Especiais.

ORLANDO BORDALLO JUNIOR

Secretário de Estado de Administração

ANTONIO ROBERTO FIGUEIREDO CARDOSO

Defensor Público Geral do Estado

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES DO ESTADO

TORNAR SEM EFEITO AS PUBLICAÇÕES

07 01ipa01.

TORNAR SEM EFEITO a publicação do DOE do dia 01/12/2008/, Contrato nº 027/2008, entre o IASEP e a CLÍNICA OSTEUS, por equívoco administrativo.

TORNAR SEM EFEITO a publicação do DOE do dia 04/12/2008/, Contrato nº 070/2008, entre o IASEP e a CLÍNICA URONEFRO LTDA, por equívoco administrativo.

TORNAR SEM EFEITO a publicação do DOE do dia 04/12/2008/, Contrato nº 040/2008, entre o IASEP e a MEDCENTER –W.J.ARAGÃO & CIA LTDA, por equívoco administrativo.

TORNAR SEM EFEITO a publicação do DOE do dia 01/12/2008/, Contrato nº 044/2008, entre o IASEP e a CLINIMED –FERREIRA & OLIVEIRA S/S LTDA, por equívoco administrativo.

Ordenadora responsável: Sandra Helena Morais Leite
Presidente do IASEP.

TORNAR SEM EFEITO

tornar sem efeito a publicação do DOE, do dia 04/12/2008, que trata do extrato de Contra nº 062/2008, entre o IASEP e COESO-PA, Cooperativa Estadual de serviços em Oftalmologia, por equívoco administrativo.

Ordenador Responsável: Sandra Helena Morais Leite.

APOSTILAMENTO 2009

APOSTILA

A Presidente do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará – com base no parágrafo 8º do Art. 65 da Lei 8.666/93, resolve apostilar os Contratos de Pessoa Jurídica que tem como objetivo a prestação de serviços Médicos, Hospitalar, Ambulatorial e Apoio Diagnóstico, aos segurados IASEP, com o fim de incluir a dotação orçamentária para o exercício de 2009